



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Itaparica
CNPJ: 13.882.949/0001-04
Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2026
PROCESSO LICITATÓRIO (PRC) N.º 127/2026
EDITAL N.º 019/2026

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE ITAPARICA – ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 13.882.949/0001-04, com sede na Praça Virgílio Damásio, nº 66 - Centro, CEP: 44.460-000, através da **Secretaria Municipal De Gestão, Planejamento E Recursos Humanos**, torna público, para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação sob critério de julgamento **Menor Preço Por Lote, PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e demais legislação aplicável, para, de acordo com as condições estabelecidas neste edital, selecionar proposta mais vantajosa à Administração visando a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de disponibilização de equipamentos de impressão multifuncionais, incluindo instalação, fornecimento de insumos, manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e insumos, para os equipamentos de impressão e cópia pertencentes ao Município.**

Valor total estimado para contratação: R\$837.801,30 (oitocentos trinta sete mil, oitocentos um reais e trinta centavos).

Recebimento das Propostas Iniciais e dos Documentos para Habilitação: Até as 09h59min do dia 18/06/2026.

Data da Abertura da Sessão Pública: 18/06/2026 às 10 horas.

Início da Sessão de Disputa de Preços (fase competitiva): 18/06/2026 às 10 horas. A etapa de lances será iniciada e encerrada pelo Pregoeiro nos termos do item V deste edital. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF e, desta forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Critério de Julgamento: Menor preço por lote.

Modo de Disputa: Aberto e Fechado: os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

Local de Realização: Endereço eletrônico do site: <https://licitanet.com.br/>. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da LICITANET.

O edital poderá ser obtido na íntegra pelo site oficial deste município, <http://pmitaparcaba.imprensaoficial.org/licitacoes-pregoes-convites/>, na plataforma de realização do pregão eletrônico [LICITANET](https://licitanet.com.br/), ou no setor da Prefeitura Municipal de Itaparica - BA, situada na



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

Av. Praça Virgílio Damásio, nº 66 - Centro, CEP: 44.460-000, informações disponibilizadas também no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP).

A licitação se subordina aos ditames contidos na Lei Federal n.º 14.133/2021, observadas ainda as determinações da Lei Federal n.º 12.846/13 e demais normas e condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

Nesta licitação ainda será assegurado tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedores Individuais (MEI), em conformidade com a Lei Complementar Federal 123/2006 e suas alterações, Lei Municipal 365/2018 – Institui a Lei Geral Municipal da Microempresa.

O presente edital está sujeito a eventuais alterações, que serão devidamente publicadas da mesma forma que o original, devendo os interessados acompanhar, via internet, pelos sites <http://pmitaparicaba.imprensaoficial.org/licitacoes-pregoes-convites/> ou <https://licitanet.com.br/>, todo o trâmite licitatório até a data de abertura do certame.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de disponibilização de equipamentos de impressão multifuncionais, incluindo instalação, fornecimento de insumos, manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e insumos, para os equipamentos de impressão e cópia pertencentes ao Município.

1.2 A licitação será global, cuja participação encontra-se discriminada no item 2 deste edital.

1.3 As especificações quanto à qualidade dos produtos encontram-se discriminados no Termo de Referência.

1.4 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

1.4.1 ANEXO I – Modelo de Proposta Comercial

1.4.2 ANEXO II – Minuta de Contrato

1.4.3 ANEXO III – Modelo de Declarações Conjuntas

1.4.4 ANEXO IV – Modelo de Declarações / Enquadramento ME/EPP/MEI

1.4.5 ANEXO V – Termo de Referência

2 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas na Lei n.º 14.133/2021 até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Para o item 1. a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresas e empresa de pequeno porte.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.8.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.8.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.8. empresas controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, concorrendo entre si;

2.8.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

2.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.11. Não será admitida a participação de empresas em consórcio tendo em vista baixa complexidade do objeto

2.8.12. Não será admitida a participação de cooperativas diante da necessidade de subordinação jurídica entre a empresa contratada e os profissionais contratado pela mesma para realização do serviço, bem como de pessoalidade e habitualidade na execução do contrato a ser celebrado.

2.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.4. e 2.8.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.14. O disposto nos itens 2.8.4. e 2.8.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.16. A vedação de que trata o item 2.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3 DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE, DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucedará as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

3.2 Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciadas diretamente no site de licitações no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

3.3 As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, pelos meios disponíveis no endereço eletrônico <https://licitanet.com.br/>.

3.4 Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema LICITANET poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da LICITANET (34) 2512-6500, fornecedor@licitanet.com.br, de segunda a quinta-feira, das 8 às 18 horas e sexta-feira, das 8 as 17 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site <https://licitanet.com.br/>.

3.5 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.6 O credenciamento da Licitante e de seu representante legal junto ao Sistema Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão.

3.7 O licitante responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances.

3.7.1 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.8 A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, bem como, documentos de habilitação elencados no item 7 deste edital, todos por meio do sistema eletrônico no sítio <https://licitanet.com.br/>.

3.9 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos no preâmbulo deste edital.

3.10 Ao salvar a proposta o licitante declarará por meio do sistema eletrônico que cumpre com os requisitos para a habilitação e a conformidade da proposta com as exigências do edital.

3.11 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema até o horário indicado no preâmbulo deste como término de cadastramento das propostas.

3.12 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

3.13 Serão disponibilizados para acesso público, os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.14 Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, o Pregoeiro designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

3.15 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão. Sobretudo o andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal LICITANET, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

3.16 O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos.

3.17 O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.18 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento dos campos próprios no sistema eletrônico.

4.2 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o **valor unitário e global**.

4.3 O sistema estará configurado para aceitar propostas com no máximo 02 (duas) casas decimais.

4.4 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.4.1 A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

4.4.2 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

4.6 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8 No campo apropriado do sistema eletrônico será necessário informar a **MARCA** do produto.

4.9 É vedada a identificação do licitante em qualquer campo ou anexo quando do preenchimento da proposta eletrônica, sob pena de desclassificação imediata.

4.10 Quando a marca do licitante for o nome do mesmo, deverá ser indicado como **“MARCA PRÓPRIA”** no campo “marca” do sistema eletrônico.

4.11 Os produtos ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

4.12 As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

4.13 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.14 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.15 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo órgão competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

1.1 A abertura da presente licitação se dará em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio eletrônico, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

1.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

1.2.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

1.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

1.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

1.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

1.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

1.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

1.6 O lance deverá ser ofertado pelo **valor global do lote**.

1.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

1.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

1.8.1 Cada licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor preço consignado, desde que seja inferior ao seu último lance e diferente de qualquer outro valor ofertado para o item.

5.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10,00 (dez reais).

5.10 Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido ao Pregoeiro a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de vários lotes da mesma licitação.

5.11 Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, o Pregoeiro poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.

5.12 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.14 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.15 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

5.16 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.17 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.18 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.19 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.20 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.21 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.22 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.23 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.24 O sistema eletrônico estará programado para promover, automaticamente, aos participantes que se enquadrarem como microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais, os benefícios previstos na Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, desde que o licitante, no momento de cadastro de sua proposta, indique, em campo próprio do sistema, sua condição.

5.25 Em relação aos itens destinados à ampla concorrência, caso a proposta final de menor valor seja ofertada por empresa que não se enquadre nas condições descritas no item anterior e existindo propostas de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedores individuais cujos valores estejam na faixa de até 5% (cinco por cento) acima, serão estas consideradas empatadas com a primeira colocada e o sistema indicará o licitante que será convocado a ofertar um último lance de menor valor, caso assim se interesse.

5.26 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual e detentor da proposta melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta, em valor inferior ao da primeira colocada, para desempate, no prazo de até 05 (cinco) minutos, contados a partir da comunicação.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

5.27 Caso não haja interesse de oferta de menor valor ou não haja manifestação no prazo estabelecido no item anterior, serão convocados os próximos licitantes que se enquadrarem nas mesmas condições estabelecidas.

5.1.1 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.28.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.28.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.28.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.28.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.28.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.28.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.28.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.28.2.2. empresas brasileiras;

5.28.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.28.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.29.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.29.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.29.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.29.4. Será convocado o licitante melhor classificado que, sob pena de desclassificação, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Itaparica
CNPJ: 13.882.949/0001-04
Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

5.29.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>)

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte, e microempreendedores individuais – MEI, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 2.5.2 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

6.7. Para o julgamento das propostas, será considerado o critério de valor unitário e global do item e do grupo de itens.

6.7.1. Encerrada a etapa competitiva, as propostas serão ordenadas, exclusivamente pelo critério de **VALOR GLOBAL**, observados os valores unitários de cada item para fins de aceitação.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. conter vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.8.3. permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não cumprir à exigência contida no item 5.19.4 deste edital ou apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

6.11. A pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02h00min, sob pena de não aceitação da proposta;

6.12. É facultada a pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo;

6.13. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela pregoeira, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

6.14. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

6.15. A pregoeira analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

6.16. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.17. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 6.16, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.18. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a executabilidade da proposta.

6.19. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.20. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas da licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.**

7.2. **A pregoeira solicitará os documentos de habilitação, no prazo de 02 (duas) horas,** acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

7.3. Os documentos previstos abaixo, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:

Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro no qual tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

Habilitação Econômico-Financeira:

A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

- b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
- b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- c.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- c.3) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- c.3.1) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

Qualificação Técnica:

a) Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou ou está executando, de forma satisfatória e a contento, serviços ou fornecimentos cujo objeto seja compatível com o objeto da licitação;

a.1) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado** pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.3.3. DECLARAÇÕES

- a) Declaração Conjunta, conforme anexo III;
- b) Declaração de Enquadramento, anexo IV.

7.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. No caso de necessidade de prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular, poderá ser feita perante a Diretoria de Compras e Contratos, por Agente de Contratação ou membro da sua equipe de apoio, nomeados por Portaria, mediante apresentação do original ou cópia autenticada em cartório ou por declaração em conformidade com o artigo 12, inciso IV, da Lei Federal 14.133/2021.

7.6. Será verificado, sob pena de inabilitação, se o licitante apresentou, em campo próprio do sistema eletrônico, todas as declarações mencionadas no item 3.10 deste edital.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

7.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.8. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, após declarado vencedor, para fins de contratação, em conformidade com a Lei Complementar 123/2006 e suas alterações, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.13. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão observar o seguinte:

7.13.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

7.13.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

7.13.3. Se a licitante for a matriz e a prestadora dos serviços/fornecedora for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial;

7.13.4. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, por sua própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6. DOS RECURSOS

6.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes, os quais poderão apresentar contrarrazões em igual prazo, contado da interposição do recurso, sendo assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.3. A intenção de recorrer **deverá ser manifestada imediatamente após a declaração de vencedor**, sob pena de preclusão.

6.3.1. O tempo mínimo para manifestação da intenção de recurso será concedido na sessão pública e não será inferior a 10 (dez) minutos, podendo o Pregoeiro dar provimento ou negar o mesmo.

6.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

6.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

6.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

7. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Examinada a aceitabilidade da proposta de menor preço, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, inexistindo manifestação recursal, incumbe à autoridade competente adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório.

7.2. Decididos os recursos porventura interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

8. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

8.1. Findo o procedimento licitatório, o licitante vencedor será convocado para firmar contrato ou instrumento equivalente com a Administração nos moldes da minuta constante do Anexo II deste edital, quando assim a lei o exigir.

8.2. Caso o licitante vencedor tenha apresentado declaração de estar enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual para poder usufruir das prerrogativas concedidas pela Lei Federal 123/2006, como condição para assinatura do contrato, deverá apresentar a Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, comprobatória de seu enquadramento.

8.3. Se o licitante vencedor não comparecer dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocado para assinatura do termo de contrato ou instrumento equivalente, sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

8.4. Não assinando o licitante vencedor a nota de empenho, contrato ou documento equivalente no prazo estabelecido no item anterior, reservar-se-á ao Município de Itaparica - Ba o direito de convocar os licitantes remanescentes, aplicando-se o disposto no artigo 90 da Lei n.º 14.133/2021.

8.5. O contrato a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8.6. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, mediante a celebração de termo aditivo.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

8.6.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

8.7. Previsão contratual de reajuste de preços, repactuação e reequilíbrio:

8.7.1. Os valores poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, quando a CONTRATADA poderá, através de requerimento específico, antes da assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, solicitar a correção das bases contratuais.

8.7.2. O pedido de reajuste será recebido e analisado pela Administração que, e sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice IPCA.

8.7.3. A repactuação, quando cabível, conforme conceitua o art. 6, LIX da Lei nº 14.133/2021 deverá ser precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

8.7.4. O reequilíbrio de preço somente será concedido quanto comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro nas situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis – observando que reajuste no preço dos insumos, folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção) não serão considerados para concessão de reequilíbrio.

8.7.5. No pedido de reequilíbrio não serão considerados como comprovantes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis documentos tais como folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção).

8.8. Será admitida a subcontratação parcial do objeto, considerando as especificidades da contratação, desde que previamente autorizada pela Administração e observados os limites legais, conforme consta no Termo de Referência (anexo V).

9. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO, PRAZO, LOCAL DE EXECUÇÃO

9.1. Os serviços deverão ser realizados conforme estabelecido no Termo de Referência, podendo haver alterações dos mesmos, desde que haja necessidade da Administração

9.2. O Município de Itaparica – Ba reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar as sanções previstas no presente edital.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado de acordo com as condições estabelecidas no item 9 do Termo de Referência, constante do Anexo V deste Edital, observando-se rigorosamente os prazos, critérios e documentos exigidos para a devida liquidação da despesa.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

11.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

11.1.13. praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência pela falta do subitem 13.1.1 do Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.13 do Edital;

11.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.4 e subitens 13.1.6 a 13.1.7 do Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

11.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

11.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

11.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.7. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.7.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.7.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.7.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.7.4. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.7.5. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

11.7.6. As aplicações das penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o capítulo II- B do Título XI do Código Penal.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

12.3.1. Os pedidos de esclarecimentos ou providências deverão ser dirigidos ao Pregoeiro, podendo, para tanto, ser utilizado o site oficial do município, itaparicalicitacao@gmail.com, ou serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico da <https://licitanet.com.br/>.

12.3.2. As impugnações cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, deverão ser fundamentadas e dirigidas ao Pregoeiro, podendo ser protocolizadas junto à Equipe de Apoio, situada na situada na Praça Virgílio Damásio, nº 66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA, no horário das 08:00 às 14:00 horas, ou enviadas via postagem, ou ainda, por meio do email, [**itaparicalicitacao@gmail.com**](mailto:itaparicalicitacao@gmail.com), ou ainda, serem feitos por meio dos campos disponíveis no sistema eletrônico da LICITANET, <https://licitanet.com.br/>.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. As respostas aos pedidos de esclarecimento e às impugnações serão publicadas no site oficial deste município, <http://pmitaparcaba.imprensaoficial.org/>, bem como, no site de realização deste certame, <https://licitanet.com.br/>, para conhecimento de todos os interessados, cabendo a estes acessá-los para a obtenção das informações prestadas.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Para a solicitação de reequilíbrio econômico financeiro, repactuação, reajuste de preços, troca de marca, alteração no contrato social, cancelamento de item e/ou contrato, de uma contratação que esteja vigente, solicitar através do email: itaparicalicitacao@gmail.com.

13.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <http://pmitaparicaba.imprensaoficial.org/licitacoes-pregoes-convites/>.

Itaparica - Ba, 01 de junho de 2026.

José Elias das Virgens Oliveira

Prefeito Municipal



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Itaparica
CNPJ: 13.882.949/0001-04
Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

ANEXO I –Modelo de Proposta Comercial

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPARICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - COPEL

DADOS DA LICITAÇÃO

PREGÃO Nº	PROCESSO Nº	OBJETO
--------------	----------------	--------

DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL		
CNPJ		INSCRIÇÃO ESTADUAL
ENDEREÇO		
TELEFONE	FAX	EMAIL
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº	CONTA CORRENTE Nº

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME		
RG	ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS					PRAZO DE ENTREGA	
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	UND	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
TOTAL DOOS ITENS						
TOTAL GERAL DO ITEM (por extenso) XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX						

OBSERVAÇÕES:

- 1 - Proposta de Preços em papel timbrado do licitante.
- 2 - A alteração dos dados bancários deverá ocorrer antes da emissão do empenho.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026

PREGÃO N.º XXX/2026

PROCESSO (PRC) N.º XXX/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPARICA - BA, com sede administrativa localizada na Praça Virgílio Damásio, nº 66 - Centro, CEP: 44.460-000, inscrito no CNPJ sob n.º CNPJ sob o nº 13.882.949/0001-04, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito, Sr. José Elias das Virgens Oliveira, portador do CPF n.º XXXXX.

CONTRATADA:, com sede na rua, nº, bairro, na cidade de, CEP nº, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada pelo Sr., portador do CPF nº e Cédula de Identidade nº

CONTRATO: Entre as partes retro nomeadas e qualificadas, fica ajustado o presente termo de contrato, regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, nos termos das seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Este Contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de disponibilização de equipamentos de impressão multifuncionais, incluindo instalação, fornecimento de insumos, manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e insumos, para os equipamentos de impressão e cópia pertencentes ao Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 - A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO

3.1 – O contrato poderá ser prorrogado, conforme previsto no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante a celebração de termo aditivo.

3.2. - A prorrogação de que trata o item anterior é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 – Fica estimado o valor global do presente contrato em R\$... (...), seguindo-se os valores unitários da tabela abaixo:

XXXXXXXXXXXXXXXXX

4.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

5.1 – Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, após a realização de cada evento, conforme Solicitação de Serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal, aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do serviço prestado e posteriormente à liquidação.

5.2 – Para a execução do pagamento de que trata o item anterior a CONTRATADA deverá fazer constar na nota fiscal correspondente, emitida sem rasura e em letra bem legível o nome da secretaria requisitante e a inscrição no CNPJ conforme ordem de fornecimento.

5.3 – A(s) nota(s) fiscal(is) correspondente(s) deverá(ão) ser entregue(s) pela CONTRATADA diretamente ao(s) servidor(es) lotado(s) na Secretaria requisitante, que somente atestará(ão) a(s) entrega(s) do(s) objeto(s) e liberará(ão) a(s) referida(s) nota(s) fiscal(is) para pagamento quando cumpridas pela CONTRATADA todas as condições pactuadas.

5.4 – Havendo erro na(s) nota(s) fiscal(is) ou circunstância(s) que impeça(m) a liquidação da despesa, aquela(s) será(ão) devolvida(s) à CONTRATADA pela Secretaria requisitante e o(s) pagamento(s) ficará(ão) pendente(s) até que aquele providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Itaparica - Ba.

5.5 – O Município de Itaparica - Ba efetuará o(s) pagamento(s) quando se tratar de verba federal (convênios), obrigatoriamente por meio dos Bancos Oficiais, quais sejam, Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil S.A.

5.1. 5.6 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por parte do Município de Itaparica - Ba, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela Administração Pública Municipal, entre a data em que o pagamento é devido e a data do efetivo pagamento, será de 6% (seis por cento) ao ano, calculada pro-rata die.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO

6.1 – Os valores poderão ser reajustados, decorridos 12 (doze) meses da data do orçamento estimado (xx/xx/20xx), quando a CONTRATADA poderá, através de requerimento específico, antes da assinatura do Termo Aditivo de prorrogação de vigência, solicitar a correção das bases contratuais.

6.1.1 – O pedido de reajuste será recebido e analisado pela Administração que, em sendo acolhido, autorizará a correção pelo índice IPCA.

6.2 – A repactuação, quando cabível, conforme conceitua o art. 6, LIX da Lei nº 14.133/2021 deverá ser precedida de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

6.2.1 - A Administração Pública terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para análise e decisão sobre os pedidos de repactuação ou revisão de preços apresentados pelo contratado, contados da data de protocolo do requerimento acompanhado da documentação comprobatória necessária.

6.3 – O reequilíbrio de preço somente será concedido quanto comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro nas situações de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis – observando que reajuste no preço dos insumos, folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção) não serão considerados para concessão de reequilíbrio.

6.3.1 – No pedido de reequilíbrio não serão considerados como comprovantes de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis documentos tais como folha de pagamento e demais despesas dentro dos índices padrões (inflação, previsão em convenção).

6.3.2 - A Administração Pública terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para análise e decisão sobre os pedidos de Reequilíbrio Econômico-Financeiro apresentados pelo contratado, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

7.1 – Os recursos necessários ao atendimento das despesas correrão à conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 – A Fiscalização e a Gestão deste contrato serão realizadas por servidores deste município, conforme designado pela Portaria nº XXXXXXXXXX.

8.2 – O Município de Itaparica, através do servidor lotado na Secretaria Municipal de XXXXXX, conforme descrito na tabela abaixo, exercerá a fiscalização do presente contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

Nome Secretaria

8.3 – As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Itaparica em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto deste contrato.

8.4 – Fica(m) designado(s) como gestor(es) do respectivo contrato o(s) servidor(es) descrito(s) na tabela abaixo:

Nome Secretaria

CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO

9.1. A execução contratual deverá ocorrer de forma contínua, eficiente e integrada, observando-se as especificações técnicas, os níveis de serviço estabelecidos e as necessidades das unidades administrativas do Município, garantindo a adequada prestação dos serviços de impressão.

9.1.1. O início da execução contratual deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, período no qual a contratada deverá adotar todas as providências necessárias à implantação da solução, incluindo mobilização de equipe, entrega e instalação (equipamentos locados), bem como a organização do atendimento técnico.

9.2. Lote 01: Disponibilização de equipamentos de impressão:

9.2.1. A execução compreende a disponibilização de equipamentos de impressão multifuncionais, incluindo instalação, configuração, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de insumos, exceto papel.

9.2.2. A contratada deverá realizar a entrega, instalação e configuração dos equipamentos nos locais indicados pela Administração, garantindo seu pleno funcionamento desde o início da execução contratual.

9.2.3. Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, e permanecer em condições adequadas de operação durante toda a vigência contratual, sendo de responsabilidade da contratada assegurar sua disponibilidade e desempenho.

9.2.4. A manutenção preventiva deverá ser realizada periodicamente, conforme recomendações do fabricante, enquanto a manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário, mediante atendimento tempestivo.

9.2.5. Nos casos de defeitos que comprometam o funcionamento ou em situações de indisponibilidade prolongada, a contratada deverá providenciar a substituição do equipamento, em prazo compatível com a criticidade do serviço, sem ônus adicional para a Administração.

9.2.6. A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para registro e acompanhamento de chamados técnicos, garantindo rastreabilidade, controle e transparência das demandas.

9.3. Lote 02: Manutenção dos equipamentos do Município:



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

9.3.1. A execução compreende a realização de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos pertencentes ao Município, incluindo fornecimento de peças, componentes e insumos necessários ao seu pleno funcionamento.

9.3.2. A contratada deverá atender às demandas de manutenção de forma tempestiva e eficiente, minimizando o tempo de indisponibilidade dos equipamentos.

9.3.3. Os insumos, tais como toners e recargas, deverão ser novos e compatíveis com os equipamentos, não sendo admitida a utilização de materiais remanufaturados ou reconicionados.

9.3.4. As peças, componentes e acessórios deverão ser novos, similares e compatíveis com os equipamentos, devendo ser substituídos tantas vezes quantas forem necessárias para garantir o pleno funcionamento, observadas as recomendações e garantias dos fabricantes.

9.4. A execução contratual deverá observar níveis mínimos de serviço, incluindo:

- a) atendimento inicial aos chamados técnicos em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da abertura da solicitação pela Administração;
- b) solução das ocorrências, falhas ou indisponibilidades em até 48 (quarenta e oito) horas, de modo a não comprometer a continuidade das atividades administrativas;
- c) substituição do equipamento em até 72 (setenta e duas) horas, nos casos de indisponibilidade prolongada ou impossibilidade de reparo tempestivo, aplicável ao Lote 01;
- d) realização periódica das manutenções preventivas, conforme orientações técnicas e necessidade operacional dos equipamentos;
- e) monitoramento, controle e acompanhamento contínuo da execução dos serviços, com registro e rastreabilidade das ocorrências e atendimentos realizados.

9.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, competindo-lhe(s): acompanhar a execução dos serviços; verificar o cumprimento das obrigações contratuais; registrar ocorrências e adotar providências e atestar a execução para fins de pagamento.

9.6. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, observando os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

9.7. A contratada será responsável pela disponibilização de todos os recursos necessários à execução do objeto, respondendo integralmente pela qualidade dos serviços prestados.

9.8. A contratada deverá apresentar relatório mensal das atividades realizadas, referente aos serviços prestados no período, como condição para acompanhamento, fiscalização e ateste da execução contratual.

9.8.1. A apresentação do relatório será obrigatória para fins de comprovação da prestação dos serviços, ficando o pagamento condicionado à sua entrega e aprovação pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 – O CONTRATANTE obriga-se a efetuar o pagamento estipulado nas cláusulas do presente instrumento após a apresentação, aceitação e atesto do(s) responsável(eis) pela conferência do objeto e emissão de nota fiscal por parte da CONTRATADA e desde que cumpridas as demais exigências e formalidades previstas em lei e neste contrato.

10.2 – O CONTRATANTE obriga-se a exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o Termo de Referência (Anexo VI) do Edital, este Contrato e seus anexos.

10.3 – O CONTRATANTE obriga-se a receber o objeto no prazo, condições e em estrita conformidade com o Termo de Referência (Anexo VI) do Edital.

10.4 – O CONTRATANTE obriga-se a notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.5 – O CONTRATANTE obriga-se a acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

10.6 – O CONTRATANTE obriga-se a aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

10.7 – O CONTRATANTE obriga-se a explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.8 – O CONTRATANTE obriga-se a, concluída a instrução do requerimento, decidir dentro do prazo de 30 (trinta) dias sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, admitida a prorrogação motivada por igual período.

10.9 – O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus funcionários, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Executar toda a prestação dos serviços em conformidade com as condições previstas neste Contrato e Termo de Referência;

11.2. Atender com prontidão as reclamações por parte do fiscal da contratação;

11.4. Cumprir com os prazos de entrega e prestação dos serviços;

11.5. Responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente;

11.6. Submeter-se à fiscalização da Prefeitura, através do setor competente, que acompanhará a execução do objeto licitado para verificação da qualidade e origem dos materiais, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;

11.7. Comunicar imediatamente e por escrito a Secretaria solicitante através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

11.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, as normas da Prefeitura;

11.9. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo de Referência serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;

11.10. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários;

11.11. Efetuar o fornecimento dos materiais do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicado, acompanhado da respectiva nota fiscal;

11.12. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.13. A empresa deverá constar na Nota Fiscal a data em que a entrega foi efetuada, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos materiais;

11.14. Toda e qualquer entrega dos materiais fora do estabelecido neste termo será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também, as sanções previstas neste edital;

11.15. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria Solicitante não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade;

11.16. A Secretaria terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a empresa vencedora para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações;

11.17. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da empresa vencedora pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

11.18. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal Nº 14.133/21 e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 – A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº 14.133 de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 – Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

13.1.1 – dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2 – dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3 – dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4 – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5 – não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6 – não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7 – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8 – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

13.1.9 – fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10 – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase das propostas.

13.1.12 – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame.

13.1.13 – praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2 – O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.13;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.4 e subitens 13.1.6 a 13.1.7 deste Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.3 – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

integral do dano causado à CONTRATANTE, conforme previsto no artigo 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021.

13.4 – Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme dispõe o artigo 156, § 7º da Lei nº 14.133/21.

13.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme previsto no artigo 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021, se for o caso.

13.6 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7 – Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.8 – As penalidades acima descritas poderão ser aplicadas sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, bem como ser cancelada de pleno direito a nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência deste contrato, a qualquer tempo e independente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 137 e 138 da Lei Federal n.º 14.133/21.

14.2 – Poderá ainda o presente contrato ser rescindido, desde que motivado o ato e assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa quando esta:

- a) venha a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam sua capacidade econômico-financeira;
- b) for envolvida em escândalo público e notório;
- c) quebrar o sigilo profissional;
- d) utilizar, em benefício próprio ou de terceiros informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso por força de suas atribuições e que contrariem as disposições estabelecidas pelo Município de XXXXXXXXX;
- e) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.

14.3 – A nulidade do processo licitatório induz à do presente contrato, sem prejuízo do disposto no art. 149 da Lei Federal n.º 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1 – Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 – Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1 – Incumbirá ao CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 – Fica eleito o foro da comarca de Itaparica, estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solucionar quaisquer questões oriundas deste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletrônica/digitalmente o presente instrumento, considerando-se efetivamente formalizado a partir da última assinatura.

XXXXXXXX (BA), data da assinatura eletrônica

Representante legal
CONTRATADA

XXXXXXXX
Prefeito
MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

Testemunhas:

1) _____

CPF: _____

2) _____

CPF: _____



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Itaparica
CNPJ: 13.882.949/0001-04
Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

ANEXO III DECLARAÇÕES CONJUNTAS

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2026 – PRC 127/2026.

_____, inscrito no
CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante legal
o _____ (a) _____ Sr. _____ (a) _____
_____, portador
(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,
DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

- 1) cumpre plenamente os requisitos de habilitação;
- 2) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada está em conformidade com o edital e que o valor ofertado compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- 3) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 5) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sobretudo no artigo 93 da Lei Federal n.º 8.213/1991.

_____, _____/_____/_____
Local

_____, _____/_____/_____
Data

Representante Legal



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2026 – PRC 127/2026.

_____, inscrito
no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante
legal o(a) Sr.(a) _____,
portador (a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF
n.º _____, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei:

- Cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.;
- Ter ciência de que a obtenção de benefícios da Lei Complementar 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4 da Lei 14133/2021;

_____, ____/____/____

Representante Legal



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

ANEXO IV – Modelo de Declarações / Enquadramento ME/EPP/MEI

_____, inscrito
no CNPJ sob o n.º _____, por intermédio de seu representante
legal _____ o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da
Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,
DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei:

- Cumprir os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.;
- Ter ciência de que a obtenção de benefícios da Lei Complementar 123, de 2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte e que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º do art. 4 da Lei 14133/2021;

_____, _____/_____/_____
Local Data



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Itaparica
CNPJ: 13.882.949/0001-04
Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

ANEXO V

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de disponibilização de equipamentos de impressão multifuncionais, incluindo instalação, fornecimento de insumos, manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e insumos, para os equipamentos de impressão e cópia pertencentes ao Município.

Lote 01

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO	UND	QTD IMPRES.	QTD MENSAL	Valor Unitário	Valor unit. Mensal	Valor Total
1	Impressora com Tecnologia de impressão de injeção de tinta MicroPiezo de 4 cores (CMYK) velocidade de impressão: Preto 30 ppm e colorido 17 ppm ; Resolução máxima de impressão: Até 5760 x 1440 dpi de resolução otimizada em diversos tipos de papel, Tamanho mínimo de gotícula de tinta: 3 picolitros, Sistemas operacionais: Windows 8, Windows 7, Windows Vista, Windows XP, Windows XP Professional x 64, Mac OS X, 10.5.8, 10.7.x, 10.8.x Tamanhos de papel: 10 x 15 cm (4" x 6"), 13 x 18 cm (5" x 7"), 20 x 25 cm (8" x 10") carta, legal, ofício (21,6 x 35,6 cm), A4, A5, A6, B5, A3+ (33 x 48 cm), A3 (30 x 42 cm). Capacidade de papel: 100 folhas / 10 envelopes Capacidade de bandeja de saída: 40 folhas Conectividade padrão: USB 2.0 de alta velocidade (Compatível com USB 1.1) Franquia de impressão/cópia de 10.000 (dez mil) por mês para cada impressora. Obs: As impressoras fornecidas deverão ser novas de primeiro uso. Manutenção preventiva e corretiva, suprimentos (toner, cilindro, fusão e kit reparo) por conta da contratada.	UNID	1	12	R\$ 1.077,65	R\$ 1.077,65	R\$ 12.931,74
2	Multifuncional a laser monocromática: Processador personalizado duplo (Compartilhado) 800MHz Painel de toque colorido TFT LCD WVGA de 5" Painel LCD de 5 linhas Memória 1,0 GB de RAM Rede (Padrão): 1000Base-T/100Base-TX/10-Base-T, Wireless LAN (IEEE 802.11 b/g/n), NFC1, Wi-Fi Direct Connection : 1000Base-T/100Base-TX/10-Base-T Cassete de papel de 550 folhas, Bandeja manual de 100 folhas Opcional: ALIMENTADOR DE PAPEL PF-C1 de 550 folhas Carta/A4, Ofício, Statement, Executive Bandeja manual: Carta/A4, Ofício, Statement, Executive, Tamanho personalizado (76x127mm até 216 x 355 mm), Envelope (C5/DL/ COM-10/Monarch) Velocidade de cópia 2 / Velocidade de impressão Até 43ppm (A4) e 45ppm (Carta); Seleção do tipo de original, Nitidez, Apagamento de moldura, Até 36 ppm Ofício; (Franquia de impressão/cópia de 20.000 (vinte mil) por mês para cada impressora. As impressoras fornecidas deverão ser novas de primeiro uso. Manutenção preventiva e corretiva, suprimentos (toner, cilindro, fusão e kit reparo) por conta da contratada.	UNID	5	12	R\$ 1.112,50	R\$ 5.562,50	R\$ 66.750,00
3	Multifuncional a laser monocromática: Processador personalizado duplo (Compartilhado) 800MHz Painel de toque colorido TFT LCD WVGA de 5" Painel LCD de 5 linhas Memória 1,0 GB de RAM Rede (Padrão): 1000Base-T/100Base-TX/10-Base-T, Wireless LAN (IEEE 802.11 b/g/n), NFC1, Wi-Fi Direct Connection : 1000Base-T/100Base-TX/10-Base-T Cassete de papel de 550 folhas, Bandeja manual de 100 folhas Opcional: ALIMENTADOR DE PAPEL PF-C1 de 550 folhas Carta/A4, Ofício, Statement, Executive Bandeja manual: Carta/A4, Ofício, Statement, Executive, Tamanho personalizado (76x127mm até 216 x 355 mm), Envelope (C5/DL/ COM-10/Monarch) Velocidade de cópia 2 / Velocidade de impressão Até 43ppm (A4) e 45ppm (Carta); Seleção do tipo de original, Nitidez, Apagamento de moldura, Até 36 ppm Ofício; (Franquia de impressão/cópia de 10.000 (dez mil) por mês para cada impressora. Obs: As impressoras fornecidas deverão ser novas de primeiro uso. Manutenção preventiva e corretiva, suprimentos (toner, cilindro, fusão e kit reparo) por conta da contratada.	UNID	27	12	R\$ 566,65	R\$ 15.299,55	R\$ 183.594,60



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

4	Multifuncional (Jato de Tinta); impressora jato de tinta, copiadora, scanner, conexão sem fio; Qualidade; economia e baixo custo de impressão; Resolução de Impressão: até 600x1200dpi²; Velocidade de Impressão de até 34,0 PPM em preto e 15,5 PPM em cores. Resolução máxima de impressão: Até 5760 x 1440 dpi de resolução otimizada em vários tipos de papel suporte para Windows Vista®/Windows® 7/Windows® 8/8.1/Windows® 10 (32bit/ 64bit), Windows Server® 2003 SP2 – Windows Server® 2016/7, Mac OS X 10.6.8 – Mac OS 10.13.x8Franquia de impressão/cópia de 5.000 (cinco mil) por mês para cada impressora. As impressoras fornecidas deverão ser novas de primeiro uso. Manutenção preventiva e corretiva, suprimentos (toner, cilindro, fusão e kit reparo) por conta da contratada.	UNID	2	12	R\$ 380,00	R\$ 760,00	R\$ 9.120,00
5	Impressora ; Linguagem de impressão ESC/P® Raster, emulation PCL 53, emulation PCL 63, emulation PostScript® 3™ Tamanho mínimo da gota de tinta 3,8 picolitros; Velocidade de impressão Duplex 16 ppm ISO (preto); velocidade da Impressão: Até 34 ppm preto Tempo de saída da primeira página 4,8 segundos, Tela Visor LCD 4,3" Touchscreen colorido, Nível de ruído Potência acústica: 6,5 dB(A). Pressão acústica: 50 dB (A).franquia impressão/cópia de 5.000 cinco mil por mês para cada impressora. Obs: As impressoras fornecidas deverão ser novas de primeiro uso. Manutenção preventiva e corretiva, suprimentos (toner, cilindro, fusão e kit reparo) por conta da contratada.	UNID	32	12	R\$ 372,45	R\$ 11.918,40	R\$ 143.020,80
VALOR TOTAL							R\$ 415.417,14

Lote 02

ITEM	SECRETARIA	DISCRIMINAÇÃO DO PEDIDO	MODELO	UND	QTD	Valor	
						Unitário	Total
1	EDUCAÇÃO	SERVIÇO DE RECARGA	KYOCERA 2040	UNID	200	R\$ 126,54	R\$ 25.308,00
2		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORA		UNID	6	R\$ 980,00	R\$ 5.880,00
3		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORA		UNID	6	R\$ 1.999,90	R\$ 11.999,40
4		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA		UNID	13	R\$ 190,00	R\$ 2.470,00
5		CILINDRO PARA IMPRESSORA		UNID	26	R\$ 126,50	R\$ 3.289,00
6		PELÍCULA FUSORA PARA IMPRESSORA		UNID	6	R\$ 195,00	R\$ 1.170,00
7		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	60	R\$ 175,00	R\$ 10.500,00
9	EDUCAÇÃO	SERVIÇO DE RECARGA IMPRESSORA	BROTHER 2540	UNID	200	R\$ 97,50	R\$ 19.500,00
10		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORA		UNID	14	R\$ 104,97	R\$ 1.469,58
11		ROLO DA FUSAO PARA IMPRESSORA		UNID	6	R\$ 151,85	R\$ 911,10
12		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA		UNID	6	R\$ 150,00	R\$ 900,00
13		CILINDRO PARA IMPRESSORA		UNID	6	R\$ 83,95	R\$ 503,70
14		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	14	R\$ 175,00	R\$ 2.450,00
15	EDUCAÇÃO	SERVIÇO DE RECARGA IMPRESSORA HP SÈRIES	HP 1132/125/	UNID	144	R\$ 83,89	R\$ 12.080,16
16		UNIDADE DE FUSORA PARA IMPRESSORAS HP		UNID	6	R\$ 355,57	R\$ 2.133,42
17		ROLO FUSOR PARA IMPRESSORAS HP		UNID	6	R\$ 190,00	R\$ 1.140,00
18		PELÍCULA PARA ROLO FUSOR HP		UNID	6	R\$ 195,00	R\$ 1.170,00
19		CILINDRO PARA CARTUCHO PARA IMPRESSORAS HP		UNID	77	R\$ 70,00	R\$ 5.390,00
20		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	24	R\$ 175,00	R\$ 4.200,00
21	EDUCAÇÃO	SERVIÇO DE RECARGA	BROTHER 5652	UNID	24	R\$ 129,95	R\$ 3.118,80



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Itaparica
 CNPJ: 13.882.949/0001-04
 Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

22		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 825,00	R\$ 1.650,00
23		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 261,57	R\$ 523,14
24		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 895,00	R\$ 1.790,00
25		CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	12	R\$ 52,50	R\$ 630,00
26		PELÍCULA FUSORA PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 206,49	R\$ 412,98
27		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	4	R\$ 175,00	R\$ 700,00
28	EDUCAÇÃO	SERVIÇO DE RECARGA	BROTHER 7275	UNID	64	R\$ 107,51	R\$ 6.880,64
29		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	10	R\$ 152,50	R\$ 1.525,00
30		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	10	R\$ 710,00	R\$ 7.100,00
31		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	10	R\$ 200,00	R\$ 2.000,00
32		CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	24	R\$ 70,90	R\$ 1.701,60
33		PELÍCULA FUSORA PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	10	R\$ 210,00	R\$ 2.100,00
34		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	10	R\$ 175,00	R\$ 1.750,00
35	EDUCAÇÃO	SERVIÇO DE RECARGA	HP 127A	UNID	18	R\$ 82,45	R\$ 1.484,10
36		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORA		UNID	6	R\$ 359,26	R\$ 2.155,56
37		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORA		UNID	6	R\$ 568,98	R\$ 3.413,88
38		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA		UNID	6	R\$ 150,00	R\$ 900,00
39		CILINDRO PARA IMPRESSORA		UNID	12	R\$ 70,00	R\$ 840,00
40		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	8	R\$ 175,00	R\$ 1.400,00
41	EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE RECARGA	EPSON L3250/L3150	UNID	250	R\$ 74,50	R\$ 18.625,00
42		CABEÇA DE IMPRESSÃO		UNID	25	R\$ 522,50	R\$ 13.062,50
43		KIT ENGRENAGENS TRAÇÃO DE PAPEL		UNID	25	R\$ 165,00	R\$ 4.125,00
44		MANUTENÇÃO CORETIVA E PREVENTIVA		UNID	24	R\$ 175,00	R\$ 4.200,00
45	EDUCAÇÃO	SERVIÇOS DE RECARGA	EPSON L4260	UNID	150	R\$ 74,95	R\$ 11.242,50
46		CABEÇA DE IMPRESSÃO		UNID	15	R\$ 545,70	R\$ 8.185,50
47		KIT ENGRENAGENS TRAÇÃO DE PAPEL		UNID	15	R\$ 219,03	R\$ 3.285,45
48		MANUTENÇÃO CORETIVA E PREVENTIVA		UNID	24	R\$ 175,00	R\$ 4.200,00
49	FAZENDA	SERVIÇO DE RECARGA IMPRESSORA HP SÉRIES	HP 1132	UNID	24	R\$ 85,00	R\$ 2.040,00
50		UNIDADE DE FUSORA PARA IMPRESSORAS HP		UNID	2	R\$ 365,00	R\$ 730,00
51		ROLO FUSOR PARA IMPRESSORAS HP		UNID	2	R\$ 190,00	R\$ 380,00
52		PELÍCULA PARA ROLO FUSOR HP		UNID	2	R\$ 207,50	R\$ 415,00
53		CILINDRO PARA CARTUCHO PARA IMPRESSORAS HP		UNID	2	R\$ 70,00	R\$ 140,00
54		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	2	R\$ 175,00	R\$ 350,00
55	FAZENDA	SERVIÇO DE RECARGA	BROTHER 5652	UNID	10	R\$ 154,95	R\$ 1.549,50
56		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 825,00	R\$ 1.650,00



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Itaparica
 CNPJ: 13.882.949/0001-04
 Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

57		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 261,57	R\$ 523,14
58		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 895,00	R\$ 1.790,00
59		CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 52,50	R\$ 105,00
60		PELÍCULA FUSORA PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 206,49	R\$ 412,98
61		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	6	R\$ 175,00	R\$ 1.050,00
62	INFRA	SERVIÇO DE RECARGA	BROTHER 7535	UNID	24	R\$ 107,51	R\$ 2.580,24
63		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 152,50	R\$ 305,00
64		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 710,00	R\$ 1.420,00
65		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 200,00	R\$ 400,00
66		CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	24	R\$ 70,90	R\$ 1.701,60
67		PELÍCULA FUSORA PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 210,00	R\$ 420,00
68		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	4	R\$ 175,00	R\$ 700,00
69	INFRA	SERVIÇOS DE RECARGA	EPSON L4260	UNID	48	R\$ 74,95	R\$ 3.597,60
70		CABEÇA DE IMPRESSÃO		UNID	1	R\$ 545,70	R\$ 545,70
71		KIT ENGRENAGENS TRAÇÃO DE PAPEL		UNID	2	R\$ 219,03	R\$ 438,06
72		MANUTENÇÃO CORETIVA E PREVENTIVA		UNID	4	R\$ 175,00	R\$ 700,00
73	INFRA	SERVIÇOS DE RECARGA	EPSON 3250	UNID	48	R\$ 74,95	R\$ 3.597,60
74		CABEÇA DE IMPRESSÃO		UNID	1	R\$ 524,71	R\$ 524,71
75		KIT ENGRENAGENS TRAÇÃO DE PAPEL		UNID	2	R\$ 150,00	R\$ 300,00
76		MANUTENÇÃO CORETIVA E PREVENTIVA		UNID	4	R\$ 175,00	R\$ 700,00
77	INFRA	SERVIÇOS DE RECARGA	SAMSUNG 2070	UNID	24	R\$ 95,00	R\$ 2.280,00
78		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORAS SAMSUNG		UNID	2	R\$ 615,00	R\$ 1.230,00
79		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORAS SAMSUNG		UNID	2	R\$ 732,50	R\$ 1.465,00
80		ROLO FUSOR PARA IMPRESSORAS SAMSUNG		UNID	2	R\$ 270,00	R\$ 540,00
81		ROLO DA PRESSÃO PARA IMPRESSORAS SAMSUNG		UNID	2	R\$ 251,50	R\$ 503,00
82		CILINDRO PARA IMPRESSORAS SAMSUNG		UNID	24	R\$ 87,50	R\$ 2.100,00
83		CHIP DE TONER PARA IMPRESSORAS SAMSUNG		UNID	24	R\$ 100,00	R\$ 2.400,00
84		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	4	R\$ 200,00	R\$ 800,00
85	SOCIAL	SERVIÇOS DE RECARGA	SAMSUNG 2070	UNID	24	R\$ 95,00	R\$ 2.280,00
86		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORAS		UNID	2	R\$ 632,50	R\$ 1.265,00
87		ROLO FUSOR PARA IMPRESSORAS		UNID	2	R\$ 552,50	R\$ 1.105,00
88		ROLO DA PRESSÃO PARA IMPRESSORAS		UNID	2	R\$ 251,50	R\$ 503,00
89		CILINDRO PARA IMPRESSORAS		UNID	24	R\$ 172,50	R\$ 4.140,00
90		CHIP DE TONER PARA IMPRESSORAS		UNID	24	R\$ 80,00	R\$ 1.920,00
91		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	4	R\$ 200,00	R\$ 800,00



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

92	SOCIAL	SERVIÇO DE RECARGA	BROTHER 2740	UNID	24	R\$ 191,25	R\$ 4.590,00
93		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 137,50	R\$ 275,00
94		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 822,50	R\$ 1.645,00
95		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 233,30	R\$ 466,60
96		CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	12	R\$ 99,50	R\$ 1.194,00
97		PELÍCULA FUSORA PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 245,00	R\$ 490,00
98		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	4	R\$ 175,00	R\$ 700,00
99	SOCIAL	SERVIÇO DE RECARGA IMPRESSORA HP SÉRIES	HP 1132/125/1120	UNID	48	R\$ 85,00	R\$ 4.080,00
100		UNIDADE DE FUSORA PARA IMPRESSORAS HP		UNID	4	R\$ 365,00	R\$ 1.460,00
101		ROLO FUSOR PARA IMPRESSORAS HP		UNID	4	R\$ 190,00	R\$ 760,00
102		PELÍCULA PARA ROLO FUSOR HP		UNID	4	R\$ 207,50	R\$ 830,00
103		CILINDRO PARA CARTUCHO PARA IMPRESSORAS HP		UNID	24	R\$ 70,00	R\$ 1.680,00
104		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	12	R\$ 175,00	R\$ 2.100,00
105	GESTÃO E PLAN.	SERVIÇO DE RECARGA	BROTHER 1617	UNID	24	R\$ 110,50	R\$ 2.652,00
106		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 157,50	R\$ 315,00
107		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 474,75	R\$ 949,50
108		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 220,00	R\$ 440,00
109		CILINDRO PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	24	R\$ 60,90	R\$ 1.461,60
110		PELÍCULA FUSORA PARA IMPRESSORA BROTHER		UNID	2	R\$ 195,00	R\$ 390,00
111		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	4	R\$ 175,00	R\$ 700,00
112	GESTÃO E PLAN.	SERVIÇO DE RECARGA	HP 1132	UNID	24	R\$ 85,00	R\$ 2.040,00
113		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORA		UNID	2	R\$ 350,00	R\$ 700,00
114		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA		UNID	2	R\$ 190,00	R\$ 380,00
115		CILINDRO PARA IMPRESSORA		UNID	12	R\$ 190,00	R\$ 2.280,00
116		PELÍCULA FUSORA PARA IMPRESSORA		UNID	2	R\$ 147,50	R\$ 295,00
117		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	4	R\$ 175,00	R\$ 700,00
118	SAUDE	SERVIÇO DE RECARGA	OKIDATA 5112	UNID	24	R\$ 270,00	R\$ 6.480,00
119		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORA		UNID	2	R\$ 640,17	R\$ 1.280,34
120		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORA		UNID	2	R\$ 1.020,00	R\$ 2.040,00
121		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA		UNID	2	R\$ 250,00	R\$ 500,00
122		CILINDRO PARA IMPRESSORA		UNID	12	R\$ 151,99	R\$ 1.823,88
123		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	4	R\$ 254,00	R\$ 1.016,00
124	SAUDE	SERVIÇOS DE RECARGA	EPSON L395	UNID	48	R\$ 80,00	R\$ 3.840,00
125		CABEÇA DE IMPRESSÃO		UNID	1	R\$ 567,26	R\$ 567,26
126		KIT ENGRENAGENS TRAÇÃO DE PAPEL		UNID	2	R\$ 165,13	R\$ 330,26
127		MANUTENÇÃO CORETIVA E PREVENTIVA		UNID	4	R\$ 175,00	R\$ 700,00



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Itaparica
 CNPJ: 13.882.949/0001-04
 Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

128	SAUDE	SERVIÇO DE RECARGA IMPRESSORA HP SÉRIES	HP 1132	UNID	24	R\$ 85,00	R\$ 2.040,00
129		UNIDADE DE FUSORA PARA IMPRESSORAS HP		UNID	2	R\$ 365,00	R\$ 730,00
130		ROLO FUSOR PARA IMPRESSORAS HP		UNID	2	R\$ 190,00	R\$ 380,00
131		PELÍCULA PARA ROLO FUSOR HP		UNID	2	R\$ 207,50	R\$ 415,00
132		CILINDRO PARA CARTUCHO PARA IMPRESSORAS HP		UNID	2	R\$ 70,00	R\$ 140,00
133		SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	2	R\$ 175,00	R\$ 350,00
134	SAUDE	SERVICO DE RECARGA HP	HP M404DW	UNID	72	R\$ 87,50	R\$ 6.300,00
135		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORA HP		UNID	10	R\$ 251,66	R\$ 2.516,60
136		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORA HP		UNID	10	R\$ 797,50	R\$ 7.975,00
137		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA HP		UNID	10	R\$ 225,00	R\$ 2.250,00
138		CILINDRO PARA IMPRESSORA HP		UNID	10	R\$ 107,50	R\$ 1.075,00
139		CHIP		UNID	72	R\$ 60,00	R\$ 4.320,00
140		SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	15	R\$ 175,00	R\$ 2.625,00
141	SAUDE	SERVICO DE RECARGA HP	HP MFP1135A	UNID	80	R\$ 125,44	R\$ 10.035,20
142		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORA HP		UNID	14	R\$ 251,66	R\$ 3.523,24
143		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORA HP		UNID	14	R\$ 662,76	R\$ 9.278,64
144		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA HP		UNID	14	R\$ 225,00	R\$ 3.150,00
145		CILINDRO PARA IMPRESSORA HP		UNID	14	R\$ 107,50	R\$ 1.505,00
146		CHIP		UNID	80	R\$ 150,00	R\$ 12.000,00
147		SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	80	R\$ 175,00	R\$ 14.000,00
148	SAUDE	SERVICO DE RECARGA HP	HP M428fdw	UNID	24	R\$ 90,00	R\$ 2.160,00
149		UNIDADE DE IMAGEM PARA IMPRESSORA HP		UNID	2	R\$ 565,00	R\$ 1.130,00
150		UNIDADE FUSORA PARA IMPRESSORA HP		UNID	2	R\$ 895,50	R\$ 1.791,00
151		ROLO PRESSOR PARA IMPRESSORA HP		UNID	2	R\$ 262,50	R\$ 525,00
152		CILINDRO PARA IMPRESSORA HP		UNID	2	R\$ 152,45	R\$ 304,90
153		CHIP		UNID	80	R\$ 60,00	R\$ 4.800,00
154		SERVICO DE MANUTENCAO PREVENTIVA E CORRETIVA		UNID	6	R\$ 175,00	R\$ 1.050,00
TOTAL							R\$ 422.384,16

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme 49 do Decreto Municipal nº 557, de 2025.

1.3. O objeto é comum, e continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Itaparica
CNPJ: 13.882.949/0001-04
Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

1.5. O custo estimado total da contratação é de **R\$837.801,30 (oitocentos trinta sete mil, oitocentos um reais e trinta centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

Considerando que compete à Secretaria Municipal de Gestão, Planejamento e Recursos Humanos atuar no planejamento, organização, articulação, direção, coordenação, execução, controle e avaliação das políticas públicas de planejamento estratégico, de acordo com o artigo 17 da Lei 462/2022 da Estrutura Administrativa do Município.

A presente demanda decorre da necessidade de garantir a continuidade, eficiência e qualidade dos serviços administrativos desempenhados pelos diversos setores e Secretarias do Município de Itaparica, os quais dependem diretamente de recursos de impressão para execução de suas atividades rotineiras e atendimento ao público.

Observa-se que as atividades administrativas municipais envolvem a constante produção, reprodução e tramitação de documentos físicos, sendo imprescindível a disponibilidade de equipamentos de impressão em condições adequadas de funcionamento, bem como a reposição de insumos necessários ao seu pleno uso.

Além disso, o Município dispõe atualmente de equipamentos próprios instalados em diversas unidades administrativas, os quais demandam ações contínuas de manutenção preventiva e corretiva, a fim de assegurar seu adequado desempenho, evitar interrupções nos serviços e prolongar sua vida útil. A inexistência de estrutura técnica especializada no quadro funcional para atendimento dessas demandas pode comprometer a regularidade e a eficiência das atividades administrativas.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de estruturação de solução que assegure a adequada prestação dos serviços de impressão no âmbito do Município, contemplando a disponibilização de equipamentos em condições compatíveis com a demanda, a



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

manutenção do funcionamento contínuo dos equipamentos existentes e o fornecimento dos insumos necessários à sua operação.

Tal necessidade está diretamente relacionada à garantia da continuidade dos serviços administrativos, à melhoria do desempenho operacional das unidades e à otimização dos recursos públicos, contribuindo para maior eficiência na execução das atividades institucionais e no atendimento à população.

Adicionalmente, a adoção de solução que incorpore atualização tecnológica e práticas mais eficientes de gestão mostra-se essencial para promover a racionalização de custos ao longo do tempo, bem como para alinhar a Administração às diretrizes de sustentabilidade e modernização das contratações públicas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

A solução deverá atender a requisitos não-funcionais relacionados à qualidade, desempenho, disponibilidade, segurança, sustentabilidade e gestão dos serviços, de modo a assegurar a adequada execução contratual e o pleno atendimento das necessidades administrativas do Município.

No que se refere à disponibilidade, os serviços deverão ser prestados de forma contínua, garantindo o funcionamento regular dos equipamentos e a rápida resolução de falhas, de modo a evitar interrupções nas atividades administrativas. Deverão ser estabelecidos prazos compatíveis para atendimento e solução de ocorrências, considerando a criticidade das unidades atendidas.

Quanto ao desempenho, a solução deverá assegurar níveis adequados de produtividade e qualidade, compatíveis com a demanda dos setores, incluindo capacidade de atendimento a diferentes volumes de impressão, sem prejuízo à eficiência operacional.



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Itaparica
CNPJ: 13.882.949/0001-04
Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

No aspecto de confiabilidade e manutenção, a solução deverá garantir a execução de manutenções preventivas e corretivas de forma periódica e tempestiva, com reposição de peças e insumos necessários, assegurando a durabilidade dos equipamentos e a redução de falhas recorrentes.

Em relação à segurança da informação, deverão ser adotados mecanismos que garantam o controle de acesso aos equipamentos, a rastreabilidade das operações realizadas e a proteção dos dados manipulados, prevenindo usos indevidos e assegurando a integridade das informações institucionais.

No que tange à compatibilidade e integração, os equipamentos e serviços deverão ser compatíveis com a infraestrutura de tecnologia da informação existente no Município, permitindo integração com a rede local e sistemas institucionais, sem a necessidade de adaptações complexas.

Quanto à sustentabilidade, a solução deverá observar práticas que promovam o uso racional de recursos, incluindo eficiência energética dos equipamentos, redução do consumo de insumos e destinação ambientalmente adequada de resíduos, em conformidade com as diretrizes de contratações públicas sustentáveis.

Por fim, sob o aspecto de gestão e controle, a solução deverá possibilitar o monitoramento da utilização dos serviços, com geração de informações que auxiliem no acompanhamento da execução contratual, no controle de custos e na tomada de decisão pela Administração.

No âmbito da solução proposta, os requisitos não-funcionais estão estruturados conforme a natureza dos serviços, considerando os lotes distintos definidos na contratação:

Lote 01 – Locação impressoras

No que se refere à qualidade dos serviços e dos equipamentos, a contratada deverá assegurar padrão elevado de execução, mediante fornecimento de equipamentos de impressão multifuncionais, monocromáticos e coloridos, novos, sem uso, em linha de fabricação e comercialização, aptos a atender às demandas institucionais, garantindo desempenho, confiabilidade e continuidade dos serviços. Não será admitido o fornecimento de equipamentos recondicionados, remanufaturados ou tecnologicamente obsoletos.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

Os equipamentos deverão permanecer em pleno funcionamento durante toda a vigência contratual, atendendo às especificações técnicas estabelecidas, sendo de responsabilidade da contratada garantir sua disponibilidade operacional, qualidade das impressões e desempenho compatível com o uso institucional.

A contratada será integralmente responsável pela garantia de funcionamento dos equipamentos, devendo assegurar sua substituição sempre que constatadas falhas recorrentes, defeitos que comprometam o desempenho ou indisponibilidade prolongada, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

Deverá ser disponibilizada assistência técnica especializada, compreendendo manutenção preventiva e corretiva, com substituição integral de peças, componentes e insumos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, excetuando-se apenas o fornecimento de papel. As manutenções preventivas deverão ocorrer de forma periódica, conforme orientações do fabricante, enquanto as corretivas deverão ser realizadas sempre que necessário, com atendimento tempestivo e eficaz.

A contratada deverá disponibilizar canal permanente de suporte técnico, no mínimo durante o horário de expediente da Administração, por meio de telefone, e-mail ou sistema eletrônico, garantindo o registro, acompanhamento e solução das demandas. O sistema deverá permitir rastreabilidade dos chamados, transparência nas ações e controle dos prazos de atendimento.

Caberá à contratada responder integralmente pela qualidade dos serviços prestados, pelo desempenho dos equipamentos fornecidos e pela eficiência da assistência técnica, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos decorrentes de falhas na execução do objeto.

Lote 02 – Manutenção dos equipamentos do Município

No que se refere à manutenção dos equipamentos pertencentes ao Município, os serviços deverão ser executados com padrão elevado de qualidade, garantindo a continuidade operacional dos equipamentos e a adequada prestação dos serviços administrativos.

Os insumos utilizados, tais como toners e recargas, deverão ser novos e compatíveis com os respectivos equipamentos, não sendo admitida a utilização de materiais remanufaturados, reconicionados ou de procedência duvidosa que possam comprometer o desempenho ou causar danos aos equipamentos.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

As peças, acessórios e componentes a serem utilizados nas manutenções deverão ser novos, similares e plenamente compatíveis com os equipamentos, observando-se as especificações técnicas dos fabricantes. As substituições deverão ocorrer sempre que necessário, tantas vezes quantas forem exigidas para garantir o pleno funcionamento dos equipamentos, respeitando-se os prazos de garantia aplicáveis.

A contratada deverá realizar manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças e insumos, assegurando a redução de falhas, o aumento da vida útil dos equipamentos e a minimização do tempo de indisponibilidade.

Os serviços deverão ser prestados de forma contínua e eficiente, com atendimento em prazos compatíveis com a criticidade das unidades administrativas, garantindo a continuidade das atividades institucionais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21.

Os requisitos da contratação foram definidos a partir da necessidade institucional de garantir a continuidade e a eficiência dos serviços de impressão no âmbito das diversas Secretarias Municipais, considerando tanto a demanda por disponibilização de equipamentos quanto a necessidade de manutenção dos equipamentos já existentes. Nesse contexto, a solução a ser estruturada deverá assegurar o pleno funcionamento das atividades administrativas, com suporte adequado à produção, reprodução e digitalização de documentos, observando padrões mínimos de desempenho, qualidade e disponibilidade compatíveis com a rotina operacional do Município.

Sob o ponto de vista funcional, a solução deverá permitir a realização de impressão monocromática e colorida, cópia e digitalização, com equipamentos aptos a operar em rede e compartilhados entre usuários, garantindo compatibilidade com os sistemas operacionais utilizados pela Administração. Deverá ainda possibilitar o monitoramento do uso dos equipamentos, com controle de volumes de impressão por unidade administrativa, de modo a assegurar o gerenciamento eficiente dos recursos e o atendimento às franquias mensais estimadas, que variam conforme o perfil de utilização identificado no levantamento técnico, incluindo faixas aproximadas entre 5.000 e 20.000 páginas por equipamento.

No que se refere ao desempenho, os equipamentos deverão apresentar velocidade e qualidade de impressão adequadas ao ambiente administrativo, suportando demandas de médio e alto volume, com estabilidade operacional que minimize interrupções e assegure a



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

continuidade dos serviços públicos. A capacidade produtiva deverá estar alinhada às necessidades de cada setor, garantindo que não haja prejuízo ao fluxo de trabalho, especialmente em unidades com maior intensidade de uso, como Educação e Saúde.

Em relação à manutenção e suporte, a solução deverá contemplar a realização de manutenção preventiva periódica e corretiva sempre que necessário, incluindo a substituição de peças e componentes sujeitos a desgaste natural, bem como o fornecimento contínuo de insumos indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos, tais como toners, tintas, cilindros e fusores. Também deverá abranger o atendimento às demandas específicas dos equipamentos já pertencentes ao Município, que compreendem diferentes modelos e fabricantes, conforme mapeamento detalhado constante no levantamento técnico, garantindo assim a padronização mínima do serviço e a redução de indisponibilidades.

A solução deverá ainda observar requisitos de integração e compatibilidade com a infraestrutura de tecnologia da informação existente, permitindo conexão com a rede local, gerenciamento centralizado e suporte a múltiplos usuários e unidades administrativas. No aspecto de segurança da informação, deverá garantir mecanismos de controle de acesso, rastreabilidade das operações realizadas e proteção dos dados manipulados nos processos de impressão e digitalização, prevenindo usos indevidos e assegurando a integridade das informações institucionais.

Adicionalmente, deverão ser considerados requisitos de sustentabilidade, com a adoção de equipamentos energeticamente eficientes, redução do consumo de insumos e destinação ambientalmente adequada de resíduos, em consonância com as diretrizes de contratações públicas sustentáveis. A solução também deverá apresentar flexibilidade e escalabilidade, permitindo ajustes quantitativos conforme a variação da demanda ao longo da execução contratual, bem como a adaptação às diferentes realidades das unidades administrativas atendidas.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, considerando a necessidade de manutenção da padronização, do controle e da responsabilidade integral sobre a execução dos serviços.

Não haverá exigência de garantia contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que, pelas características do objeto, o risco de inexecução ou inadimplemento é considerado reduzido



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

5.1. A execução contratual deverá ocorrer de forma contínua, eficiente e integrada, observando-se as especificações técnicas, os níveis de serviço estabelecidos e as necessidades das unidades administrativas do Município, garantindo a adequada prestação dos serviços de impressão.

5.1.1. O início da execução contratual deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, período no qual a contratada deverá adotar todas as providências necessárias à implantação da solução, incluindo mobilização de equipe, entrega e instalação (equipamentos locados), bem como a organização do atendimento técnico.

5.2. Lote 01: Disponibilização de equipamentos de impressão:

5.2.1. A execução compreende a disponibilização de equipamentos de impressão multifuncionais, incluindo instalação, configuração, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de insumos, exceto papel.

5.2.2. A contratada deverá realizar a entrega, instalação e configuração dos equipamentos nos locais indicados pela Administração, garantindo seu pleno funcionamento desde o início da execução contratual.

5.2.3. Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, e permanecer em condições adequadas de operação durante toda a vigência contratual, sendo de responsabilidade da contratada assegurar sua disponibilidade e desempenho.

5.2.4. A manutenção preventiva deverá ser realizada periodicamente, conforme recomendações do fabricante, enquanto a manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário, mediante atendimento tempestivo.

5.2.5. Nos casos de defeitos que comprometam o funcionamento ou em situações de indisponibilidade prolongada, a contratada deverá providenciar a substituição do equipamento, em prazo compatível com a criticidade do serviço, sem ônus adicional para a Administração.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

5.2.6. A contratada deverá disponibilizar canal de atendimento para registro e acompanhamento de chamados técnicos, garantindo rastreabilidade, controle e transparência das demandas.

5.3. Lote 02: Manutenção dos equipamentos do Município:

5.3.1. A execução compreende a realização de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos pertencentes ao Município, incluindo fornecimento de peças, componentes e insumos necessários ao seu pleno funcionamento.

5.3.2. A contratada deverá atender às demandas de manutenção de forma tempestiva e eficiente, minimizando o tempo de indisponibilidade dos equipamentos.

5.3.3. Os insumos, tais como toners e recargas, deverão ser novos e compatíveis com os equipamentos, não sendo admitida a utilização de materiais remanufaturados ou reconicionados.

5.3.4. As peças, componentes e acessórios deverão ser novos, similares e compatíveis com os equipamentos, devendo ser substituídos tantas vezes quantas forem necessárias para garantir o pleno funcionamento, observadas as recomendações e garantias dos fabricantes.

5.4. A execução contratual deverá observar níveis mínimos de serviço, incluindo:

a) atendimento inicial aos chamados técnicos em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da abertura da solicitação pela Administração;

b) solução das ocorrências, falhas ou indisponibilidades em até 48 (quarenta e oito) horas, de modo a não comprometer a continuidade das atividades administrativas;

c) substituição do equipamento em até 72 (setenta e duas) horas, nos casos de indisponibilidade prolongada ou impossibilidade de reparo tempestivo, aplicável ao Lote 01;

d) realização periódica das manutenções preventivas, conforme orientações técnicas e necessidade operacional dos equipamentos;

e) monitoramento, controle e acompanhamento contínuo da execução dos serviços, com registro e rastreabilidade das ocorrências e atendimentos realizados.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

5.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela Administração, competindo-lhe(s): acompanhar a execução dos serviços; verificar o cumprimento das obrigações contratuais; registrar ocorrências e adotar providências e atestar a execução para fins de pagamento.

5.6. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, observando os princípios da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público.

5.7. A contratada será responsável pela disponibilização de todos os recursos necessários à execução do objeto, respondendo integralmente pela qualidade dos serviços prestados.

5.8. A contratada deverá apresentar relatório mensal das atividades realizadas, referente aos serviços prestados no período, como condição para acompanhamento, fiscalização e ateste da execução contratual.

5.8.1. A apresentação do relatório será obrigatória para fins de comprovação da prestação dos serviços, ficando o pagamento condicionado à sua entrega e aprovação pela Administração.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

6.1. O objeto desta licitação deverá ser executado parceladamente conforme necessidade, mediante solicitação de Ordem de Serviço pelo Setor Competente.

6.2. A execução do objeto correrá por conta exclusiva da licitante vencedora, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.

6.3. Todas as despesas de transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas e previdenciários e outros custos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento do objeto desta licitação, correrão por conta exclusiva da contratada.

6.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

6.5.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.5.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.10. A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada nos termos do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021 através dos gestores e fiscais, quais sejam:

- ✚ Gestora: Mariana Saldanha Góes, decreto de nº 114/2025, e a fiscal de contratos, servidor Genilson Ferreira Uzêda, Decreto 114/2025, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo, através da Secretaria Municipal da Fazenda Pública e Desenvolvimento Econômico.
- ✚ Gestora: Jacqueline Silva de Pinho, decreto de nº 205/2025, e a fiscal de contratos, servidor Helma Vitória Freire Fagundes de Brito, Decreto 205/2025, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo, através da Secretaria Municipal da Educação e Esporte.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

- ✚ Gestor: Daniel Alves Marques, decreto de nº 100/2025, e a fiscal de contratos, servidor Rogério do Nascimento Sanches, Decreto 100/2025, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo, através da Secretaria Municipal da Gestão, Planejamento e Recursos Humanos.
- ✚ Gestor: Ruy César Ramos Costa, decreto de nº 121/2025, e a fiscal de contratos, servidor Edson Julião do Sacramento, Decreto 121/2025, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo, através da Secretaria Municipal da Infraestrutura, Habitação e Defesa Civil.
- ✚ Gestora: Ariel dos Santos Silva de Miranda, decreto de nº 98/2025, e a fiscal de contratos, servidor Ana Caroline Guedes Camara, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo, através da Secretaria Municipal da Saúde.
- ✚ Gestora: Liliane Conceição Anunciação da Silva, decreto de nº 97/2025, e a fiscal de contratos, servidor Saulo José Benjamim Santos, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo, através da Secretaria Municipal de Promoção Social.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

7.1 Da Modalidade e forma.

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA,

7.2 Do critério de julgamento e Modo de disputa

Será adotado o critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, organizados de forma sistêmica e com pertinência temática, **sem** inversão da fase de habilitação.

Modo de disputa será o Aberto e Fechado.

7.3 Da amostra, visita técnica e da divulgação do orçamento da Administração.

Não Haverá apresentação de amostra.

A visita técnica não interessa ao tipo do objeto da contratação.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

Não será exigida a garantia de proposta tendo em vista a natureza do bem e a alta competitividade e que a sua imposição impacta no preço ofertado.

O orçamento não será sigiloso.

7.4 Da Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

7.5 Da Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, visto que pelas características do objeto da contratação o risco de inexecução e/ou inadimplemento é extremamente baixo.

7.6 Da participação de empresas em consórcio e cooperativas

Não será admitida a participação de empresas em consórcio tendo em vista baixa complexidade do objeto.

Não será admitida a participação de cooperativas diante da necessidade de subordinação jurídica entre a empresa contratada e os profissionais contratado pela mesma para realização do serviço, bem como de pessoalidade e habitualidade na execução do contrato a ser celebrado.

7.7. Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

Habilitação jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro no qual tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente;
- g) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

h) Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.

Habilitação Econômico-Financeira:

A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
 - b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

c.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

c.3) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

c.3.1) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.1333/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

Qualificação Técnica:

a) Apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a licitante executou ou está executando, de forma satisfatória e a contento, serviços ou fornecimentos cujo objeto seja compatível com o objeto da licitação;

a.1) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado** pela Administração, cópia



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Itaparica
CNPJ: 13.882.949/0001-04
Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. Deverá ser apresentado, juntamente com a Nota Fiscal, um relatório discriminando todos os serviços realizados no mês anterior, conforme disposto no item 5.8 deste Termo.

8.2. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

8.3. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.4.1. o prazo de validade;

8.4.2. a data da emissão;

8.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.4.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.4.5. quantitativo dos itens fornecidos;

8.4.6. o valor a pagar; e

8.4.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.6. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

8.7. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

8.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.12. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

8.13. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 0202/0204/0205/0302/0206/0401/0210/0211

Projeto/atividade: 2002/2006/2009/2052/2059/2058/2030/2010/2042/2004/2005

Elemento de despesa: 3.3.90.39

Fonte: 1.500/1.540/1.541/1.542/1.543

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1. Executar toda a prestação dos serviços em conformidade com as condições previstas no Termo de Referência;

10.2. Atender com prontidão as reclamações por parte do fiscal da contratação;

10.4. Cumprir com os prazos de entrega e prestação dos serviços;

10.5. Responsabilizar-se, integralmente, pela execução do objeto, conforme legislação vigente;

10.6. Submeter-se à fiscalização da Prefeitura, através do setor competente, que acompanhará a execução do objeto licitado para verificação da qualidade e origem dos materiais, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;

10.7. Comunicar imediatamente e por escrito a Secretaria solicitante através da Fiscalização, qualquer anormalidade verificada, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

10.8. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, as normas da Prefeitura;

10.9. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Termo de Referência serão de inteira responsabilidade da Contratada, devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamento de impostos, taxas e serviços auxiliares;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

- 10.10. Arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários;
- 10.11. Efetuar o fornecimento dos materiais do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local indicado, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 10.12. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.13. A empresa deverá constar na Nota Fiscal a data em que a entrega foi efetuada, além da identificação de quem procedeu ao recebimento dos materiais;
- 10.14. Toda e qualquer entrega dos materiais fora do estabelecido neste termo será imediatamente notificada à licitante vencedora que ficará obrigada a substituí-los, o que fará prontamente, ficando entendido que correrão por sua conta e risco tais substituições, sendo aplicadas também, as sanções previstas neste edital;
- 10.15. Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a Secretaria Solicitante não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade;
- 10.16. A Secretaria terá o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência do que foi entregue, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a empresa vencedora para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações;
- 10.17. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da empresa vencedora pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.
- 10.18. Demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei Federal Nº 14.133/21 e demais legislações pertinentes.

11. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

- 11.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

- 11.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação;
- 11.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 11.4. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao serviço realizado, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 11.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 11.6. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 11.7. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre irregularidades observadas na execução do serviço;
- 11.8. Disponibilizar todas as informações necessárias para a correta execução do objeto.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 12.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:
- 12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/21 seguintes sanções:
 - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;



ESTADO DA BAHIA

Prefeitura Municipal de Itaparica

CNPJ: 13.882.949/0001-04

Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção prevista no item I será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.5. A sanção prevista no item II, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155.

12.6. A sanção prevista no item III será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.7. A sanção prevista no item IV será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

12.8. A sanção estabelecida no item IV será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência



ESTADO DA BAHIA
Prefeitura Municipal de Itaparica
CNPJ: 13.882.949/0001-04
Praça Virgílio Damásio, nº.66 - Centro, CEP: 44.460-000 Itaparica/BA.

exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

12.9. As sanções previstas nos itens I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item II.

12.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.11. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente termo de referência se trata de requisito legal, a fim de contemplar exigência nos processos de aquisições públicas, através da devida modalidade e exceções licitatórias previstas, podendo se habilitar ao certame, as empresas interessadas, desde que atendam às exigências do instrumento convocatório a ser publicado.

Por fim, ficam as licitantes sujeitas as sanções estabelecidas na Lei nº 14.133/21 e demais vigentes, bem como as dispostas no edital a ser publicado e instrumento contratual a ser firmado.

Itaparica-Ba, 14 de maio de 2026.

Daniel Alves Marques
Servidor Responsável
Mat. 605

Aprovado em 14 de maio de 2026.

Balbino Daniel de Paula.
Secretário de Gestão, Planejamento e Recursos Humanos
Decreto nº 009/2025 – Mat. 10840